



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 114ª reunião, realizada em 19 de abril de 2018

1 Em 19 de abril de 2018, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a
5 presidente Marília Carvalho de Melo, representantes da SEMAD. Representantes
6 do poder público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de
7 Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de Souza, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Daniel
9 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
10 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Elbert Figueira Araújo Santos,
11 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento
12 Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da
13 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Hécio de Miranda Baptista, da Secretaria
14 de Estado de Turismo; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de
15 Educação (SEE); Tiago Bueno Flores, da Secretaria de Estado de
16 Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público
17 do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público municipal:
18 Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
19 Eric Alves Machado, da Prefeitura Municipal de Contagem (representantes dos
20 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Nilda Marília Figueiredo
21 de Sousa, da Prefeitura Municipal de Almenara (representante dos municípios da
22 Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha e Pardo); Max Miller Fernandes da Silva,
23 da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha (representante dos
24 municípios da Bacia Hidrográfica do Leste); Romeu Souza da Paixão, da
25 Prefeitura Municipal de Viçosa; Isabella Figueiredo Lopes da Silva, da Prefeitura
26 Municipal de Ipatinga (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do
27 Rio Doce); Agostinho Nardy Riolo, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte
28 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul);
29 Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos
30 municípios da Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari).
31 Representantes dos usuários de recursos hídricos: Igor Luna, da Companhia de
32 Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Rander Abrão Tostes, da
33 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
34 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos
35 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
36 (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de
37 Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de

38 Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
 39 Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da
 40 Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da
 41 Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira
 42 Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações legalmente
 43 constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente:
 44 Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do
 45 Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção
 46 Ambiental de Unaí (APA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de
 47 Paracatu (Mover). Representantes de associações civis com efetiva atuação em
 48 recursos hídricos: Valter Vilela Cunha e José Nelson de Almeida Machado, da
 49 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa
 50 Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea);
 51 Cintia Ribeiro de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos
 52 Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas).
 53 Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa
 54 sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos
 55 hídricos ou educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal
 56 de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
 57 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Francienne Góis
 58 Oliveira, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
 59 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
 60 **ABERTURA.** A presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 114ª
 61 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **3)**
 62 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente Marília Carvalho de Melo:
 63 “Eu gostaria de informar a todos que hoje, na parte da manhã, foi assinado, pelo
 64 governador do Estado, junto com o presidente do Tribunal de Justiça, o
 65 procurador-geral de Justiça, do Ministério Público, um acordo para aplicar o
 66 processo de mediação em penalidades ambientais. É um grande avanço porque
 67 a ideia é que possamos também converter essas penalidades para projetos de
 68 melhoria de qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais. E esse acordo é
 69 inédito porque não envolve só o Executivo, como foi feito em outros anos,
 70 inclusive na União, mas envolve o Poder Judiciário e o Ministério Público. E a
 71 ideia é que possamos avançar, inclusive, nesse processo de mediação, para os
 72 crimes ambientais.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Em que pese todo o
 73 esforço do IGAM, na pessoa da Dra. Marília, que resultou em uma fala do
 74 secretário que foi divulgada pelas redes sociais, em 10 de abril, cujo conteúdo ele
 75 reafirmou, e pedimos uma confirmação, se for possível, da Dra. Marília, de que
 76 ele liberou, integralmente, o saldo devedor referente aos 7,5% para agências.
 77 Referente aos 92,5%, o Estado vai se comprometer a liberar os recursos
 78 empenhados pelas agências ora em aplicação nos diversos projetos em
 79 andamento. É isso mesmo? Esse princípio só é válido para agência que em caixa
 80 negativo? Se uma agência tem caixa positivo, como serão programadas essas

81 transferências. A situação financeira do Estado é grave, realmente, e nós
82 sabemos disso, mas o próprio secretário se expôs nas redes sociais abertamente
83 mostrando que o Estado sabe que está cometendo uma ilegalidade no sentido de
84 contingenciar um recurso que não deve ser contingenciado da sua origem legal.
85 Então, nós temos dúvidas, e eu gostaria de pedir venia para os colegas para que
86 possamos trazer mais subsídios a essa fala, se permitem convidar o Dr. Marcus
87 Polignano, o nosso coordenador do Fórum Mineiro, para trazer mais informações
88 e fazer um reforço a essa fala.” Marcus Vinícius Polignano/Fórum Mineiro de
89 Comitês: “Eu vou ler um documento, que eu acho que fala por si mesmo, sobre a
90 gravidade que estamos vivendo em relação à sustentação do sistema hídrico no
91 Estado de Minas. Eu acho que este Conselho, como órgão máximo da gestão no
92 Estado, não pode ser omissos à situação que estamos vivendo. Eu vou ler o
93 documento. ‘Considerando que o Fórum Mineiro é um colegiado que representa
94 36 Comitês de Bacia no Estado de Minas Gerais, o que o torna uma associação
95 legítima de representação civil dessas instituições; Considerando que nos últimos
96 três anos, de forma sistemática, o governo de Minas tem contingenciado os
97 recursos da cobrança pelo uso da água, em especial os valores referentes aos
98 investimentos (92,5%); Considerando que os Comitês de Bacia, por diversas
99 vezes, notificaram o governo do Estado de Minas sobre a gravidade da situação
100 vivida pelos Comitês e Agência de Bacia – que são o arranjo que nós temos hoje
101 no Estado para operar a política de recursos hídricos; Considerando que esse
102 contingenciamento tem acarretado uma grande insegurança e comprometimento
103 das ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, quer seja de ordem
104 administrativa, quer seja na previsibilidade financeira para o desenvolvimento das
105 ações dos Comitês; Considerando que por meio do Ofício 06/2017, datado de
106 15/2/2017, e por último, através de um ofício datado de 13/3/2018, ainda não
107 respondido, o Fórum encaminhou uma representação ao senhor governador
108 Fernando Pimentel evidenciando a situação crítica gerada pela retenção dos
109 recursos da cobrança; Considerando que o contingenciamento dos recursos da
110 cobrança é ilegal, é inconstitucional, pois esses recursos são cobrados
111 diretamente dos usuários e recolhidos aos cofres do Estado, e deveriam, por lei,
112 ser repassados aos Comitês, através das Agências de Bacias ou entidades a elas
113 equiparadas; Considerando que o valor contingenciado nos últimos três anos
114 acumula um passivo que, com o passar do tempo, torna cada vez mais difícil o
115 repasse do montante; Considerando que os usuários, sistematicamente, vêm
116 colocando a questão do não pagamento ao sistema uma vez que os recursos não
117 têm sido utilizados para a finalidade a que se destina; Considerando que nos
118 municípios onde existe a Copasa esses valores têm sido cobrados diretamente
119 da conta dos usuários do serviço e não tendo como contrapartida o direito de
120 aplicação dos recursos arrecadados destinados à gestão das bacias
121 hidrográficas; Considerando o agravamento da crise de sustentação financeira
122 dos Comitês e das Agências do Estado de Minas, o que pode gerar a fragilização
123 de toda a estrutura do modelo de gestão de recursos que nós temos hoje;

124 Considerando que os valores de cobrança estão disponíveis no orçamento do
125 IGAM/SEMAD como valores efetivamente arrecadados e que a questão está na
126 disponibilização do financeiro; Considerando que compete ao Conselho Estadual
127 de Recursos Hídricos, na condição de órgão deliberativo e normativo máximo do
128 Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), a finalidade de promover
129 o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização,
130 avaliação e controle da política de gestão de recursos hídricos no Estado de
131 Minas Gerais; Considerando que as direções dos Comitês não podem se omitir
132 diante dos fatos, sob pena de serem coniventes com essa situação. Dessa forma,
133 o Fórum Mineiro requer deste Conselho: 1. Denunciar a ilegalidade do
134 processo de contingenciamento.' O que bem dissemos aqui, que o Giacomini
135 relatou é que esse dinheiro tem uma rubrica carimbado, não é dinheiro de
136 arrecadação do Estado, é dinheiro de arrecadação com uma finalidade já definida
137 em lei, então, não é passível de contingenciamento. Outra coisa: nós requeremos
138 um posicionamento claro do governo estadual sobre essa situação, como órgão
139 máximo de gestão de colegiados, e reivindicar do governo, em especial das
140 Secretarias de Fazenda e Planejamento, a apresentação de um cronograma de
141 desembolso dos recursos arrecadados em 2016 e 2017. Não adianta pressionar
142 mais a SEMAD, não adianta mais pressionar a Marília, porque as coisas estão,
143 literalmente, no financeiro. Então, se este Conselho não se manifestar de uma
144 forma clara em relação a isso, eu entendo que está sendo conivente. O Comitê e
145 o Fórum Mineiro estão, devidamente, dando a público essa situação, para não
146 dizer que fomos coniventes, amanhã, com esse contingenciamento. Quero
147 lembrar que, independente de este governo ser um governo próximo ou não,
148 estamos terminando um ciclo de mandato. Então, a possibilidade de ficar um
149 passivo de governo, independente deste ou do outro, é muito grande, e isso traz
150 um risco e uma insegurança financeira e jurídica muito grandes. Eu queria só
151 aproveitar a oportunidade também para encaminhar. Nós temos aqui,
152 especificamente, do Rio das Velhas. Só para vocês terem uma ideia, o montante
153 do Comitê do Rio das Velhas contingenciado é da casa de R\$ 15 milhões, de
154 2016, 2017, e agora vamos para 2018. Na previsão de aplicação, até o final do
155 ano que vem, nós vamos estar zerados em relação ao recurso. E por último uma
156 manifestação que eu acho que o Conselho também deveria fazer. O Fórum
157 Mineiro de Comitês, até por uma fala que o secretário teve hoje de manhã, está
158 encaminhando também um posicionamento, junto à presidência da República, em
159 relação ao projeto de lei aprovado no Senado que, se já está ruim, consegue ficar
160 pior. O Senado aprovou o PL 315, que reduz a disponibilidade de recursos do
161 Fhidro, que passa de 45% para 20% apenas, e reparte isso para praticamente só
162 700 municípios, sendo que os recursos do Estado têm uma abrangência muito
163 maior, porque atingem 5.000 municípios. Existe um movimento por parte das
164 secretarias, a Adema e tudo o mais, então, nisso estamos plenamente de acordo
165 e queremos nos posicionar. Então, eu vou entregar esses documentos para a
166 presidente do Conselho e gostaria que realmente todos se manifestassem. Isso

167 não é contra nem a favor do governo, isso diz de uma política pública pela qual
168 todos nós temos que zelar. Então, é só com esse papel que eu estou aqui hoje, e
169 quero dizer que isso não é ato nenhum contra qualquer governo, mas diz de
170 política pública, que nós temos o direito e o dever de preservar.” Conselheiro
171 Antônio Giacomini Ribeiro: “Então, eu gostaria de sugerir ao final. Enquanto isso,
172 nós pretendemos redigir um texto colocando uma posição do Conselho contra
173 essa situação desse ilegal contingenciamento. E, ao final, que nós possamos ler
174 para vocês, para apreciar e tomar a devida providência.” Presidente Marília
175 Carvalho de Melo: “Eu só queria pontuar algumas questões e agradeço a
176 manifestação do Fórum, através do Polignano. O secretário Germano esteve aqui
177 nesta manhã conosco e mencionou essa situação, que é uma situação que
178 também nos preocupa. Essa é uma preocupação de todos nós, do secretário
179 Germano, uma preocupação minha. Eu milito na área de recursos hídricos há
180 muito tempo. E todos nós sabemos da importância do repasse do recurso.
181 Estamos discutindo isso dentro do governo. O secretário mencionou isso pela
182 manhã. Eu recebi na semana passada o ofício do secretário Helvécio tirando o
183 limite orçamentário. Por quê? Como funciona a questão do orçamento? A LOA é
184 aprovada, a Lei Orçamentária, na Assembleia, e depois vem um decreto
185 restringindo o limite orçamentário das instituições. E no decreto que foi publicado
186 havia uma restrição no limite orçamentário do IGAM, que não contemplava o
187 recurso da cobrança. Então, o nosso limite era muito menor do que o recurso, só
188 que nós precisávamos repassar aos Comitês de Bacia Hidrográfica. Então,
189 conversamos muito com o secretário Helvécio sobre esse ponto, e ele,
190 entendendo essa situação, na semana passada, liberou a disponibilidade
191 orçamentária em R\$ 45 milhões, o que é exatamente o valor da cobrança deste
192 ano. Falta o financeiro, e nós já estamos também em discussão com a Secretaria
193 de Fazenda para a solução deste ano. Claro, tem um passivo, conforme foi
194 solicitada uma apresentação do cronograma de desembolso, será levado ao
195 governo, e nós vamos discutir. Eu queria só deixar claro, eu acho que isso é
196 importante para que todos os conselheiros saibam: até o momento, não há
197 prejuízos das atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas por falta de
198 repasse dos recursos da cobrança. Os 7,5%, recursos de custeio, mencionados
199 pelo Giacomini, o secretário Germano anunciou, nós quitamos tudo que
200 estávamos devendo até o final de 2017, na semana passada. E os 92,5%,
201 recursos efetivamente aplicados em projetos, o que nós estamos conversando
202 com as Agências é que nós vamos acompanhando o desembolso financeiro para
203 não prejudicar nenhum recurso. Claro que não é a situação ideal, mas, dada a
204 situação financeira do Estado, como o secretário também tem falado
205 publicamente, nós estamos vivendo um momento, uma realidade não aquela que
206 nós gostaríamos. Então, eu agradeço a manifestação do Fórum, do conselheiro
207 Giacomini, e podem ter certeza de que este Conselho tem papel importante
208 também na construção dessa política pública, e essa moção será considerada
209 com muito cuidado pelo governo do Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Edson

210 de Oliveira Vieira: “Eu queria agradecer ao IGAM, na pessoa do Danilo, e à Abas,
211 na pessoa do Carlos Alberto, pela possibilidade de participar do 2º Simpósio
212 Latino-Americano de Águas Subterrâneas. E aproveito até para parabenizar à
213 Abas pela qualidade, o alto nível das palestras e a organização também. Foi um
214 evento muito bem organizado.” Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Eu
215 gostaria de agradecer a presença do Dr. Germano na abertura do nosso
216 simpósio, agradecer a você também, Marília, pela brilhante palestra sobre
217 monitoramento de recursos hídricos subterrâneos no Estado. Agradecer também
218 a presença dos conselheiros Edson, Sylvio e Gustavo. E dizer que realmente o
219 evento foi de altíssimo nível e já está até rendendo alguns frutos. O Dr. Anivaldo
220 Miranda, presidente do Comitê da Bacia do São Francisco, nos intimou a fazer
221 uma parceria para a Abas fazer um evento aqui em Belo Horizonte, em setembro,
222 sobre os aquíferos da Bacia do São Francisco. Porque o Comitê está
223 implantando uma câmara técnica de monitoramento água subterrânea. E gostaria
224 de dizer também que todas essas palestras ministradas no simpósio estarão
225 disponíveis, e está aberto para qualquer um. A nossa intenção é divulgar mesmo.
226 Estão no site www.abasmg.org.br/slamas.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
227 “Eu queria só fazer um comentário em relação ao simpósio. Eu tenho, desde
228 então, em todas as minhas falas públicas, referenciado, primeiro, que o simpósio
229 foi realmente de uma profundidade, de um peso técnico extraordinário. E a outra
230 questão é o quanto que ele nos chamou atenção – aí, eu falo, especialmente, eu,
231 pessoalmente – para o desafio da gestão de água subterrânea que nós temos.
232 Nós não conhecemos, como deveríamos conhecer, a dinâmica de utilização de
233 água subterrânea no Estado. Isso não é também um privilégio do Estado, mas,
234 na verdade, é o Brasil, porque as águas superficiais estão expostas, então, é
235 muito mais premente o monitoramento e avaliação das águas superficiais. E nós
236 estamos ainda muito aquém do nosso potencial técnico na análise da água
237 subterrânea. E me assustaram muito dados da ANA, por exemplo, do Verde
238 Grande, que apresentou a questão da superexploração, e isso tem gerado
239 consequências. O regime de chuva é um dos aspectos da crise hídrica, mas ela
240 está, com certeza, sendo potencializada pela superexploração de água
241 subterrânea em algumas regiões do nosso Estado. Então, urge o nosso trabalho.
242 Nós já temos feito no norte de Minas, com a CPRM e a Ufop, um estudo, mas
243 que possamos ampliar a todo o Estado de Minas Gerais. Então, eu queria
244 parabenizar. Foi um evento realmente muito importante.” Conselheira Cintia
245 Ribeiro de Freitas: “Eu estive hoje com a Marília, de manhã, na assinatura do
246 termo de cooperação técnica que foi firmado entre o Ministério Público, o Tribunal
247 de Justiça e o governo do Estado de Minas Gerais para implementação do
248 sistema de resolução consensual dos processos infracionais ambientais. E a boa
249 notícia, segundo o que eu pude tomar conhecimento conversando com os
250 colegas que foram responsáveis por esse termo de cooperação técnica, é que os
251 recursos que serão recebidos em razão desse termo de cooperação técnica não
252 vão passar pelo caixa único do Estado, eles vão ser utilizados diretamente para

reparação ambiental daquela localidade que for prestigiada no termo de
cooperação técnica. Vai utilizar o recurso e lançar diretamente naquela entidade
ou unidade que for beneficiada. Aí, eu acho que, no momento em que nós
estamos passando por uma situação de escassez de recursos, que estão sendo
lançados no caixa único do Estado, que acabam não sendo repassados, é de
grande valia o termo de cooperação técnica com essa modalidade.” Conselheiro
Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiramente, eu gostaria de dizer que estou muito
satisfeito de retornar ao Conselho, principalmente em se tratando do Conselho
Estadual de Recursos Hídricos, porque eu já fui conselheiro do COPAM, mas
ainda não tinha sido do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. É um prazer
estar aqui. Segundo, eu queria falar da importância dessa moção quanto ao não
contingenciamento desses recursos, os 7,5%, uma vez que ficaria até mais fácil
apresentar e conseguir implantar a cobrança em novos Comitês. Porque, muitas
vezes, nós acabamos deparando com situações de empate com o pessoal que
serão os pagadores. ‘O que vai ser feito com esse recurso, o que está sendo
feito?’ E muitas vezes a notícia que corre é que o Estado está contingenciando, e
realmente não poderia estar acontecendo isso. Por último, eu queria parabenizar
aos esforços e avanços que estamos tendo no Estado de Minas Gerais quanto às
políticas de uso dos recursos hídricos. Eu acho que desafios existem, e nos
últimos anos não foi fácil, principalmente pelos conflitos que tiveram. E agradeço
também a oportunidade de apresentar o nosso trabalho, que hoje eu farei. E,
aproveitando a oportunidade, eu queria parabenizar e presentear o IGAM com o
nosso livro, do nosso projeto, que é um belo trabalho, um belo exemplo, e todos
podem dar uma olhadinha depois.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
“Obrigada, Tobias, o trabalho de vocês é um trabalho de referência, do
Movimento Verde de Paracatu, e a publicação, com certeza, será exemplo para
todas as bacias.” **4) EXAME DAS ATAS DA 112ª E 113ª REUNIÕES DO CERH.**
Aprovadas por unanimidade as atas da 112ª e da 113ª reuniões do Plenário do
Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizadas em 5 dezembro de 2017 e
em 13 de março de 2018, respectivamente. Registrada abstenção do Ibram na
aprovação da ata da 113ª reunião. **5) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS**
METAS 2017 DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL
PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO). Apresentação: Instituto Mineiro
de Gestão das Águas (IGAM). O Plenário do CERH aprovou por unanimidade a
Avaliação do Cumprimento das Metas de 2017 do Programa de Consolidação do
Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão) nos termos apresentados
pelo IGAM nesta sessão. **6) RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE**
OUTORGA SUPERFICIAL. Fazenda Buriti e Taboca. Charles Paulo da Silva.
João Pinheiro/MG. Processo de outorga nº 14498/2014. Apresentação:
IGAM. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer do IGAM, com
abstenção do Ministério Público. **7) RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE**
RENOVAÇÃO DE OUTORGA SUBTERRÂNEA. Cros Mineração. Montes
Claros/MG. Processo de outorga nº 28615/2015. Apresentação: Supram

296 **Norte de Minas.** Recurso indeferido nos termos do parecer da Supram Norte,
 297 com abstenção do Ministério Público. A Presidência registrou 20 votos favoráveis
 298 ao parecer da Supram, 13 votos pelo deferimento do recurso e duas abstenções.
 299 Declarações de voto - Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “É um
 300 Colegiado muito grande, e foram criadas várias Câmaras exatamente para
 301 estudar todas as provas e manifestações que podem causar divergências e
 302 várias interpretações. Então, a CTIG foi criada para essa finalidade. O meu voto é
 303 de acordo com a Câmara, apesar de entender que pode ter ocorrido realmente
 304 um erro na transcrição dos dados e das informações prestadas. Deveria ter sido
 305 apurado pela própria empresa no momento em que se constatou e não no
 306 momento da renovação da outorga. Poderia ter sido retificado, poderia ter
 307 mostrado o erro na transcrição. Eu até brinquei com os colegas aqui que 10,5, se
 308 mudar a vírgula, vai ficar 1,05, e 14,5, se mudar a vírgula, vai para 1,45. Eu não
 309 sei se houve isso. Agora, para eu acompanhar o voto da Câmara foi
 310 exclusivamente pelo fato de o advogado ter colocado que eles reconheciam o
 311 erro e captaram acima. Então, eu acho que, se eles mesmos confessam, são
 312 infrator confesso, está contra a norma, e aí eu voto junto com a Câmara.” 8)
 313 **LANÇAMENTO DO MAPA DE QUALIDADE DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS.**
 314 **Apresentação: Gerência de Monitoramento de Qualidade das Águas do**
 315 **IGAM.** Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM fez apresentação ao Plenário do
 316 CERH do Mapa de Qualidade das Águas de Minas Gerais com destaque para os
 317 dados de monitoramento realizado no ano de 2017. Debates. A presidente
 318 Marília Carvalho de Melo parabenizou o IGAM pela apresentação e destacou que
 319 a avaliação de tendências é uma inovação na avaliação de dados. “São 74
 320 estações que têm uma tendência de melhora, 42 de pioras, e isso,
 321 assertivamente, pelo método de levantamento estatístico realizado; e 283 sem
 322 tendência. Eu queria reforçar esse ponto porque sempre menciono isso há algum
 323 tempo. Sempre teve o nosso desejo de melhorar a qualidade da água, porque eu
 324 acho que é por isso que trabalhamos todos os dias. E a manutenção já é um
 325 ganho. Quando vemos que 283 não apresentam tendência, ou seja, estão em
 326 condição de manutenção ao longo dos anos, mesmo com toda a pressão de
 327 crescimento populacional, setor produtivo etc., que podem impactar na qualidade
 328 da água, esse é um resultado bastante positivo. Então, eu queria parabenizar a
 329 equipe por essa inovação. A cada ano eles se reinventam, e eu sou testemunha
 330 disso. Todos os anos a equipe se junta para pensar em outras formas de
 331 apresentar esses dados, para que, realmente, a sociedade se aproprie desses
 332 dados. Essa é a nossa vontade e o nosso desafio no IGAM. Porque nem o IGAM
 333 nem o Sistema de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos sozinhos reverterem
 334 essa situação. Esse é um trabalho conjunto de toda a sociedade. Mas apontamos
 335 para um caminho de quais são os principais fatores de pressão no Estado, onde
 336 as políticas públicas devem atuar de forma prioritária para reverter a situação.”
 337 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu queria dar os parabéns para
 338 equipe. Eu sou absolutamente apaixonada, e vocês sabem disso. Nós vemos a

339 evolução ano a ano e o esforço de vocês, e o trabalho é de emocionar. Com
340 sinceridade, me emociona a forma como vocês trabalham. Eu queria dar os
341 parabéns para a equipe toda pela qualidade do trabalho, 100% e com um cuidado
342 e esmero de estar falando com propriedade e o cuidado em colocar as palavras e
343 avaliando de uma forma muito precisa. Agora, o que me deixar feliz é que vemos
344 melhora nessa avaliação. Nessa leitura que ela fez dessa tendência quer dizer
345 que o esforço está valendo a pena. Isso é bom para nós que trabalhamos com
346 meio ambiente já faz um tempo, que lutamos em cima disso, vemos que está
347 valendo a pena. Tem muita coisa para ser feita, mas está valendo a pena, está
348 dando certo.” Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu queria parabenizar o
349 trabalho, é um trabalho sensacional. E queria divulgar algumas coisas também
350 que estão sendo feitas, aproveitando este ano hídrico, que pode acabar
351 culminando em uma concentração de esforços, e essa percepção da melhoria da
352 qualidade da água ser ampliada. Na Arsae, nós estamos trabalhando na
353 resolução da alteração do sistema de esgoto. Vendo a apresentação, eu fiquei
354 pensando assim: ‘Nós estamos tão acostumados a ver dados meio estanques,
355 como ‘a ETE tem que operar com eficiência de 60% para remoção de DBO’. Mas
356 será que isso vale para todo rio? Será que tem rio em que, de repente, ela tem
357 que ser mais eficiente?’ Porque nós estamos trabalhando em um mundo de
358 recursos limitados e muito poucos. Então, se tem um recurso para investir em
359 saneamento, o que você vai fazer, o que é melhor? Fazer mais uma ETE, investir
360 na coleta mesmo do esgoto em determinada região ou construir uma estrutura
361 que aumente a eficiência de determinada ETE? Será que essa ETE está
362 provocando uma mudança no enquadramento do rio? Então, trabalhá-la melhor
363 para que isso não ocorra. Porque hoje em dia nós trabalhamos em cima da
364 Deliberação Normativa CERH/COPAM 01/2008, que já tem dez anos. Então, de
365 repente, é uma oportunidade que temos para reavaliar essa resolução com esse
366 pensamento de atuação mesmo conjunto. Às vezes, em alguns municípios,
367 quando vamos fiscalizar a ETE, pedimos algumas análises, e o operador da ETE
368 fala: ‘Mas a nossa Licença de Operação da FEAM manda fazer só isso, isso e
369 isso’. Então, será que não podemos, neste momento, rever em conjunto essas
370 atuações para, de repente, pensar em uma melhoria dos recursos hídricos. Eu
371 acho que é uma questão de pensar e até aproveitar o trabalho. Parabéns, mais
372 uma vez, ao pessoal que trabalhou nele.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira:
373 “Eu queria parabenizar, achei que a apresentação ficou muito boa. Mas eu tenho
374 alguns questionamentos. Primeiro, quantas amostras ou amostragens são feitas
375 ao longo do ano? E se na hora em que você apresenta esses dados leva-se em
376 consideração ou é ponderada a questão da vazão do rio. Apesar de que, em
377 alguns pontos, no caso, esgoto doméstico, em pontos pontuais, são constantes.
378 A vazão do rio vem no sentido de diluir ou concentrar esses índices a jusante. Se
379 há uma análise levando-se em consideração essa vazão. Em alguns pontos no
380 Norte de Minas, de repente, fica fácil, porque não tem vazão. Deve ser bem
381 concentrada no período de chuvas. E como fica essa análise? Eu olhei no mapa,

382 por exemplo, o rio Vieira, um dos efluentes do Verde Grande, que apresenta
383 como ruim o IQA, e nós passamos lá e vemos que é um esgoto. Infelizmente,
384 apesar de todo o esforço da Copasa de fazer a coleta de esgoto ali. Me parece
385 que, se chegar a 100% essa coleta, o rio Vieira vai secar, porque hoje me parece
386 que é só um esgoto que corre ali. E aparecer como ruim. Na verdade, já teria ali
387 'muito ruim', e eu colocaria até 'péssimo'. Isso é ponderado com relação a vazão
388 de rio? Outra coisa é que vemos que a jusante da estação de tratamento da
389 Copasa, de esgoto, continua ruim. Nós poderíamos pegar essas informações no
390 sentido de balizar essa cobrança de melhorar? Nós poderíamos fazer isso
391 também?" Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Em relação a frequência de
392 amostragens, nós temos amostragens trimestrais. Nós distribuimos essas
393 coletas, duas no período seco e duas no período chuvoso, para tentar cobrir um
394 período hidrológico. O IQA, no caso, faz uma média de coletas, ou seja, de duas
395 coletas que ocorreram na estação seca e duas que ocorreram na estação
396 chuvosa. Eu conheço esse ponto específico do rio Vieiras, em Montes Claros.
397 Realmente, é um esgoto a céu aberto. O que pode ter acontecido é durante um
398 período chuvoso. Esses parâmetros são indicadores. Se for olhar contaminação
399 por tóxicos, é um dos piores do Estado. Pode ter acontecido que, no período
400 chuvoso, ocorreu a diluição e promoveu essa pequena melhora em termos do
401 IQA. Mas, se for os resultados físico-químicos, é um dos piores do Estado, sim.
402 Ele já teve o IQA muito ruim durante muitos anos, então, nós temos que
403 investigar o que resultou, se foi o período chuvoso ou não. Em relação a vazão,
404 como eu havia falado, a Rede de Minas está participando do Qualiágua. Até
405 então, não fazíamos medição simultânea de vazão de qualidade da água. Nós
406 começamos em 2016 em alguns pontos, porque envolve um esforço logístico
407 muito grande, porque é o IGAM que faz essa medição. Então, o IGAM vai junto
408 com o laboratório e faz a medição de vazão, e nós precisamos ter alguma série
409 histórica antes de começar a fazer os cálculos. Mas já estamos pensando,
410 realmente, nessa melhoria da rede. Alguns pontos já vão ter medição simultânea,
411 e espero que no ano que vem eu possa trazer os resultados para os senhores,
412 para ajudar realmente na avaliação ambiental. Quanto à outra pergunta, nós
413 temos uma rede no Velhas, um trabalho de parceria com a FEAM, uma rede
414 dirigida, justamente porque encontrávamos pontos a montante e a jusante das
415 ETEs ou em regiões em que se pretendiam implantar ETEs ou estações de
416 tratamento de resíduos sólidos, justamente para poder acompanhar e cobrar,
417 apoiar a FEAM a cobrar dos operadores essa melhoria. Porque muitas vezes
418 existe a ETE, mas o tipo de tratamento não está sendo suficiente para a melhoria
419 da qualidade da água. Então, eles nos passam essas informações para
420 desenvolver um trabalho, para ver o que tinham que melhorar. 'Se esse tipo de
421 tratamento não está sendo suficiente para remoção da carga orgânica, do fósforo,
422 então, vamos ter que aumentar a planta'. Tem toda uma estratégia. Então, foi
423 nesse sentido. Os resultados podem apoiar, sim, esse tipo de tomada de decisão,
424 de trabalho em conjunto com esses operadores." Presidente Marília Carvalho de

425 Melo: “Só para complementar. Há algum tempo, nós temos discutido e vamos
426 avançar. Estamos discutindo com o apoio de um TAC que temos assinado, de
427 integrar a nossa rede de monitoramento, do IGAM, com a rede de monitoramento
428 do automonitoramento do licenciamento ambiental. Nós tivemos a oportunidade
429 de fazer um trabalho na fiscalização com o pessoal da suinocultura de Piranga e
430 Ponte Nova. E nós fizemos indicação de pontos para eles monitorarem,
431 especificamente, na região, que chamamos de rede dirigida, e integramos essa
432 informação com os nossos dados de monitoramento do IGAM. Esse artigo,
433 inclusive, nós publicamos na revista de geografia da UFU, e vimos o quanto
434 aumenta a precisão quando fazemos avaliação conjunta. É uma rede tendencial.
435 Como a Katiane mostrou, são quatro amostragens ao longo do ano, então,
436 obviamente, não é representativa da variação ao longo do ano, é uma média.
437 Então, uma chuva que tenha acontecido um dia antes ou uma descarga de vazão
438 maior que tenha acontecido um dia antes da coleta, isso interfere naquele
439 resultado. Então, nós temos que avançar nessa forma, na ampliação da rede,
440 mas nós acreditamos que não só na rede tendencial do IGAM, mas na integração
441 com redes privadas como, por exemplo, o automonitoramento. Nós estamos
442 buscando e pode ser que até o final do ano já tenhamos um sistema de
443 preenchimento do automonitoramento nesse sistema e consigamos integrar com
444 a rede de monitoramento do IGAM. Nós estamos trabalhando para isso.”

445 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Parabéns, mas o esforço é grande, e os
446 recursos são poucos. Nós sabemos que realmente o produto tem que ser
447 valorizado mesmo. Eu tenho duas questões metodológicas. Primeiro, a Marília
448 colocou sobre a questão da tendência do IQA. Quando colocamos que não tem
449 tendência, eu acho muito perigoso. A tendência é manutenção, é uma tendência.
450 Pode ter tendência subindo, descendo e mantendo a situação. Então, eu acho
451 que desvaloriza o trabalho falar que não tem tendência. Inclusive, a causa de não
452 ter tendência pode ser por insuficiência de dados, porque não foi feita coleta.
453 Então, eu acho que seria mais interessante gravar como manutenção do cenário.
454 Outra coisa é o seguinte. No caso específico da Bacia do Araguari, nós temos
455 uma sequência de reservatórios. Todos esses reservatórios são muito próximos
456 um do outro, o remanso, o barramento, e aparece toda uma situação em verde.
457 Mas tem contribuinte entrando amarelo ou marrom. Qual é a causa? Não tem no
458 mapa um ponto de monitoramento dentro do reservatório. Então, seria meio
459 temerário colocar tudo em verde. Se não tem ponto, e a vazão contribuinte do
460 reservatório está com qualidade abaixo do verde, eu não sei se está dando um
461 retrato fiel da situação. Eu digo isso com mais propriedade porque nós acabamos
462 de instalar no CBH Araguari um Grupo de Trabalho para estudar algo que está
463 sendo de uma maneira muito evidente, uma queixa muito grande dos usuários de
464 água diretamente do reservatório, que é o desenvolvimento de microrganismos.
465 Esse GT tem agora uma missão para fazer esse estudo, pelo menos, preliminar,
466 para dar um direcionamento. Existe um problema que é sério, que é a reprodução
467 de organismos indesejáveis. Então, seria dar uma atenção maior nessa

468 reprodução.” Conselheiro Leonardo Romano: “Em primeiro lugar, eu queria fazer
469 coro aos conselheiros que já se manifestaram. Nós vemos a cada ano a robustez
470 e o enriquecimento desse material. Então, isso é muito bom e traz mais
471 confiança. Eu queria reforçar uma demanda do nosso setor aquícola. Hoje um
472 dos principais problemas que nós temos para licenciamento ambiental é a falta de
473 outorga pela ANA. Isso é uma história longa, que começou no tempo do
474 Ministério da Pesca, que havia um compromisso do ministério de fazer o
475 monitoramento das águas dos reservatórios. Isso nunca aconteceu, e a ANA, por
476 medida de segurança, resolveu diminuir a capacidade. A situação que nós temos
477 hoje é de diversos processos parados na ANA porque o que já existe esgota a
478 capacidade. E a ANA sinalizou a possibilidade de se fazer um convênio – e eu
479 ouvi aqui a menção ao Qualiágua. Ele já se manifestou no sentido de que, se ela
480 tiver informações sobre alguns pontos desses reservatórios – eu falo
481 especificamente de Furnas e Três Marias, que são os mais relevantes –, ela revê
482 essa capacidade de suporte. Então, eu vejo esse trabalho de vocês, essa
483 capacidade, e reforço o pedido que já foi feito. Esse assunto já foi levado ao
484 secretário. Para que o IGAM avalie com a ANA a inclusão de alguns pontos. A
485 ANA quer ter um conforto de que as condições desses reservatórios estão
486 adequadas, e na prática nós sabemos que estão. Eu fiz, há pouco tempo, um
487 trabalho no meu empreendimento, contratei uma empresa de Belo Horizonte, e
488 os parâmetros estão todos ótimos. Então, o apelo que eu faço é para o IGAM.
489 Porque já se pensou em Codevasf, em Cemig e em várias soluções, mas me
490 parece que o mais próximo é definir alguns pontos de monitoramento com a ANA
491 e colocar isso como rotina. É algo que vai trazer um benefício muito grande para
492 o segmento, para a economia, para a regularização dos empreendimentos.”
493 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Está anotado. Na próxima reunião do
494 Qualiágua, nós vamos colocar essa demanda à ANA.” Conselheiro Max Miller
495 Fernandes da Silva: “Parabéns pelo trabalho. Na verdade, eu só queria fazer um
496 pedido para incluir o São Mateus no mapa, nos estudos, no planejamento, porque
497 nós estamos inexistentes. Assim como Mantena, que é pauta das decisões do
498 CBH São Mateus. Quando vierem os novos estudos, nos incluïrem também.”
499 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Devido à escala do mapa, não
500 conseguimos mostrar, com nível de detalhes, todas as regiões que monitoramos.
501 Já no material que está no CD nós fazemos mapas por UPGRHs, por região, e é
502 possível ver a região do São Mateus. Eu acho que são três pontos nessa região.”
503 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu acho que elogio nunca é demais.
504 Então, parabéns, é um trabalho maravilhoso. Como a Irary colocou, ver esse
505 crescimento e essa melhoria contínua a cada ano nos faz sonhar, quem sabe, um
506 dia, acessarmos pela internet, e no site do IGAM já conseguirmos enxergar o
507 mapa com as bacias e os pontos e a última medição. Já começamos a sonhar de
508 chegar um dia e realmente ter um sistema de acesso imediato para que
509 possamos acompanhar isso, nós todos, a população de um modo geral. Eu
510 queria só fazer um comentário porque realmente nós vemos em um trabalho

511 como esse, e nas conclusões eu vou puxar a sardinha para o lado como
512 representante aqui de empresas de saneamento: a importância do investimento
513 no saneamento. Os déficits ainda do saneamento são muito grandes. Nós
514 colocamos mesmo a questão de esgotamento sanitário, e dos 853 municípios de
515 Minas Gerais, por exemplo, a Copasa está em 250. E nós sabemos ainda que
516 muito é preciso fazer, e muitos investimentos, muitos recursos têm que ser
517 colocados para realmente poder minimizar o impacto do nosso consumo de água.
518 Mas eu acho que muito já foi feito nos últimos dez anos, nós estamos no
519 crescimento. Foi até comentada essa questão do esgoto em si e também da
520 importância de buscarmos tecnologias e soluções que possam ser de menor
521 custo, viáveis, e soluções individualizadas para aquela condição daquela bacia,
522 para aquela condição do curso d'água. Isso é muito importante, e nós não
523 devemos ter o pacote como a solução única para qualquer município, para
524 qualquer localidade. Em cima disso, dizer também que hoje, quem esteve na
525 parte da manhã – e está até previsto aqui o retorno sobre o Fórum Mundial da
526 Água – viu uma questão muito importante, que eu acho fundamental, a questão
527 da gestão de recursos hídricos. Além de podermos fazer uma gestão de recursos
528 hídricos que tem que ser integrada com a gestão de energia, com a gestão de
529 solos, tem que ser integrada com outros temas, uma palavra que foi constante
530 para quem foi ao fórum foi a questão de parcerias. Para podermos melhorar as
531 condições das nossas bacias e das nossas águas, é impossível uma entidade só
532 resolver esse problema, que tem que ser resolvido por parcerias. Eu sinto aqui
533 uma questão que eu acho que pode ser e espero que possamos demonstrar a
534 importância disso e como isso pode melhorar a qualidade de água de uma bacia
535 tão impactada, como a do Rio das Velhas, que é o Programa Revitalize Rio das
536 Velhas, que está sendo puxado pelo Comitê do Rio das Velhas, junto com a
537 indústria, com a Copasa, com os usuários. Serão ser feitos investimentos
538 importantes nessa bacia. Eu tenho certeza de que esses resultados já vão
539 começar a aparecer nessa melhoria da qualidade dessa bacia, que está
540 classificada como uma das piores do nosso Estado.” Conselheiro Hécio de
541 Miranda Baptista: “Eu gostaria de parabenizar também a apresentação, porque
542 foi um diagnóstico perfeito. Eu pedi a oportunidade da fala por causa das
543 intervenções do nosso companheiro da Arsae e do companheiro da Copasa a
544 respeito dos investimentos em saneamento. Eu tive a oportunidade de trabalhar
545 na Vale do Rio Doce em Carajás, em um núcleo residencial, no município de
546 Parauapebas. A cidade tinha muito recurso para investir na área de saneamento,
547 e, no entanto, o esgoto lá corria a céu aberto. Por outro lado, sempre a banda
548 Calypso e outras bandas, todo final de semana. Evidentemente, o saneamento
549 não traz votos, não traz vontade de investir, é uma parte que o eleitor que é leigo
550 não está vendo. Eu estou entrando hoje aqui no Conselho, é a minha primeira
551 vez, e queria perguntar a vocês se, além do monitoramento, tem uma premiação
552 para os municípios que resolvam investir em esgotamento sanitário, na coleta do
553 lixo, coleta seletiva. Essa parte nos incomoda demais. Por exemplo, em Belo

554 Horizonte – eu moro no Funcionários –, o pessoal, em vez de começar coleta
555 seletiva pelo Funcionários, começa pelo Aglomerado da Serra, onde o pessoal
556 não tem aquele conhecimento todo para ver que será benéfico para nós mesmos.
557 Então, o questionamento que eu faço é esse. Existem, além de monitoramento,
558 ações que atraíam os municípios para investir no saneamento básico e nessas
559 outras formas de coleta que existem? Presidente Marília Carvalho de Melo:
560 “Existe o ICMS Ecológico, uma porção do ICMS que retorna para o município que
561 tem ações de saneamento. É avaliada a disposição de resíduos sólidos e
562 também a unidade de conservação. Nós tínhamos uma ideia – isso vai depender
563 do futuro do Fhidro em função dessa alteração que o secretário mencionou hoje
564 de manhã – de fazer um programa de premiação, assim como a ANA tem. A
565 Agência Nacional de Águas paga pelo esgoto tratado. Ela não investe na
566 construção da ETE, mas àqueles municípios que têm a sua ETE instalada e o
567 esgoto tratado ela paga pelo esgoto tratado. Então, é um programa também
568 muito interessante da Agência Nacional de Águas.” Conselheiro Elbert Figueira
569 Araújo Santos: “Existem mecanismos de gestão bastante interessantes quando
570 falamos de recursos hídricos e de saneamento. Assim como tem o Conselho
571 Estadual de Recursos Hídricos, tem aqui um órgão colegiado – que tem
572 representantes dos usuários, do Estado –, no nível municipal, também tem uma
573 espécie de conselho desse, em nível de bacia hidrográfica. Além disso, o
574 município tem um plano municipal de saneamento, que é elaborado, validado por
575 um conselho, tem metas de curto, médio e longo prazo. E a sociedade acaba por
576 exigir e cobrar o cumprimento. Nós caminhamos para esse sentido. Além do que,
577 no caso dos municípios que concedem a gestão do saneamento para
578 concessionárias regionais, a própria concessionária quer prestar um bom serviço,
579 tem o interesse na prestação do serviço, tem interesse de acionistas, e isso
580 contribui para uma melhoria na prestação do serviço. Nesse momento da
581 concessão, é elaborado um contrato de programa, e o ideal é que esse contrato
582 de programa seja casado com o plano municipal de saneamento, porque é uma
583 forma de alinhar o município prestador para a execução daquelas ações de
584 saneamento no curto, no médio e no longo prazo.” Conselheiro Enio Resende de
585 Souza: “Como disse o conselheiro Nelson, elogio nunca é demais. Mas eu queria
586 dar um testemunho aqui. Como decano – e o Carlos Alberto – aqui, eu
587 acompanho esse trabalho há 21 anos. Desde 97 que foi lançado esse trabalho.
588 Antigamente, pela FEAM. E na Semana do Meio Ambiente se lançava isso com
589 muito orgulho. Exatamente por esse acompanhamento que eu sempre tive o
590 cuidado de fazer, eu percebo que, de fato, existe uma evolução muito grande. Há
591 coerência da qualidade do trabalho. Aqui tem uma representação muito eclética,
592 tanto profissional quanto regional, e ninguém parece que viu algum erro ou
593 alguma discrepância em termos de resultados. E me chamou muito a atenção
594 essa coerência. Eu lembro que os primeiros não eram tão coerentes, o que é
595 natural, estava começando o trabalho. Mas eu queria dar esse testemunho, que
596 acompanho esse trabalho há tanto tempo e vejo uma evolução realmente muito

significativa. Parabéns, então, a toda a equipe do IGAM.” **9) RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO DO SISEMA NO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA. Apresentação: IGAM.** A presidente Marília Carvalho de Melo apresentou ao Plenário do CERH um relatório sobre a participação da delegação do Sisema no Fórum Mundial da Água e informou que o documento estará disponível no site da SEMAD a partir da próxima semana. **10) PROJETO DE PROTEÇÃO DE NASCENTES E VEREDAS ATRAVÉS DO CERCAMENTO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARACATU. Apresentação: Movimento Verde de Paracatu (Mover).** Item sobrestado pela Presidência, devendo ser pautado para a próxima reunião do Plenário do CERH. **11) ASSUNTOS GERAIS. Revisão de DNs CERH.** O Plenário do CERH deliberou por unanimidade remeter à pauta da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) a discussão para revisão das Deliberações Normativas 07 e 28, conforme proposta apresentada pelo conselheiro representante da Abragel nesta sessão. Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Hoje existe um descompasso entre a legislação federal, que trata de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), que estabelece o limite de 5 MW de potência, sendo que a legislação do Conselho trata CGHs como um 1 MW ainda, de uma legislação de 1995. A Lei 13.199, do Estado, versa sobre esse 1 MW, e nós estamos pleiteando essa discussão para passar para 5 MW em adequação ao arcabouço legislativo federal. Nós temos a Lei 13.360, que modificou a Lei 9.074/1995, que estabeleceu essa questão das CGHs.” **Prestação de contas de Comitê.** Em resposta ao conselheiro Carlos Eduardo Silva, a Presidência informou que será pautada para a próxima reunião do Plenário a apresentação de prestação de contas relativas a contrato de gestão por parte de Agência de Bacia e Comitê. **Auditório do CERH.** O conselheiro Edson de Oliveira Vieira reforçou pedido feito à SEMAD para a melhoria da internet no novo auditório de reuniões do CERH. **Moções aprovadas pelo CERH.** O Plenário do CERH aprovou por unanimidade as seguintes moções. 1) “Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Moção referente ao contingenciamento dos recursos financeiros da cobrança pelo uso da água. Os conselheiros do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em sua 114ª reunião, ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2018, no município de Belo Horizonte/MG, diante da exposição de motivos feita pelo Fórum Mineiro de Comitês sobre o contingenciamento de recursos financeiros originários da cobrança pelo uso da água, aprovaram moção considerando o seguinte teor: - A cobrança pelo uso da água foi criada pela Lei 9.433 e regulamentada no Estado pelo Decreto n.º 44.046, de 13 de junho de 2005, que afirma no Art. 22, §1º, que o recurso será arrecadado pelo IGAM, por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), instituído pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), e sua inclusão nas Leis Orçamentárias Anuais se dará na forma de Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica; - Nos últimos três anos, de forma sistemática, o governo de Minas Gerais tem contingenciado os recursos da cobrança pelo uso da água, em especial os valores referentes aos investimentos (92,5%); - Esse

640 contingenciamento tem acarretado uma grande insegurança e comprometimento
641 das ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, quer seja de ordem
642 administrativa, quer seja na previsibilidade financeira para o desenvolvimento de
643 ações dos comitês; - O contingenciamento dos recursos da cobrança é ilegal e
644 inconstitucional, pois esse recurso é cobrado diretamente dos usuários e
645 recolhidos aos cofres do Estado, e deveriam, por lei, ser repassados aos Comitês
646 através das Agências de Bacias ou entidades a elas equiparadas; - O valor total
647 contingenciado nos últimos três anos acumula um passivo que, com o passar do
648 tempo, torna cada vez mais difícil o repasse do montante; - Os usuários,
649 sistematicamente, vêm colocando a questão do não pagamento ao sistema uma
650 vez que os recursos não têm sido utilizados para a finalidade à qual se destina; -
651 O agravamento da crise de sustentação financeira dos Comitês e das Agências
652 de Bacias Hidrográficas, o que pode gerar a fragilização de toda a estrutura do
653 modelo de gestão de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais; - Os recursos
654 da cobrança estão disponíveis no orçamento do IGAM/SEMAD como valores
655 efetivamente arrecadados e que a questão está na disponibilização do financeiro;
656 - Compete ao CERH-MG, na condição de órgão deliberativo e normativo máximo
657 do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), a finalidade de
658 promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento,
659 compatibilização, avaliação e controle da política de gestão de recursos hídricos
660 no Estado de Minas Gerais; - As direções dos Comitês, assim como este
661 Conselho, não podem se omitir diante dos fatos, sob pena de serem coniventes
662 com essa situação. Portanto, por todos os motivos expostos, o Conselho
663 Estadual de Recursos Hídricos aprova esta moção no sentido de: 1. Denunciar a
664 ilegalidade do processo de contingenciamento dos recursos da cobrança; 2.
665 Exigir um posicionamento do governo do Estado de Minas Gerais, em especial
666 das Secretarias de Estado de Planejamento e da Fazenda, para a apresentação
667 imediata de um cronograma de desembolso dos recursos arrecadados em 2016 e
668 2017. Belo Horizonte, 19 de abril de 2018.” O conselheiro Antônio Giacomini
669 Ribeiro solicitou que seja enviada cópia dessa moção a todos os Comitês de
670 Bacia do Estado de Minas Gerais. 2) “Plenário do Conselho Estadual de
671 Recursos Hídricos (CERH). Os conselheiros do Plenário do Conselho Estadual
672 de Recursos Hídricos, em sua 114ª reunião, ordinária, realizada no dia 19 de abril
673 de 2018, no município de Belo Horizonte/MG, aprovaram moção com o seguinte
674 teor. Considerando a aprovação pelo Plenário do Senado do PLC 315/2009, em
675 11 de abril de 2018, que altera a distribuição da compensação financeira pela
676 utilização dos recursos hídricos (CFURH) entre União, Estados e Municípios, que
677 reduz o percentual destinado aos Estados e transfere a diferença para os
678 municípios diretamente afetados; Considerando que os municípios não possuem
679 dominialidade sobre os recursos hídricos e ainda que não existe obrigatoriedade
680 de aplicação dos recursos em projetos de recuperação de bacias hidrográficas,
681 diferentemente do que ocorre na maioria dos Estados; Considerando
682 especialmente a realidade de Minas Gerais, onde o recurso do CFURH é

683 destinado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema),
684 para utilização em seu custeio e para o Fundo Estadual de Recuperação,
685 Proteção e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográfica de Minas Gerais
686 (Fhidro); Considerando que o Fhidro financia projetos em todos os municípios de
687 Minas Gerais, prioritariamente naquelas bacias em que os recursos são mais
688 escassos, e que a alteração proposta beneficiará somente 17% dos municípios
689 mineiros, limitando a aplicação do recurso. Este Conselho requer ao Exmo.
690 Senhor Presidente da República o veto ao PLC 315/2009.” **12)**
691 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
692 Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
693 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

694
695
696
697
698 **APROVAÇÃO DA ATA**
699
700

701 **Anderson Silva de Aguiar**
702 **Presidente Suplente do Plenário do CERH**